



STEFANO FIGALO



EM DEBATE

ELEIÇÕES

• ESQUERDA SE MOBILIZA FRENTE A NOVO CENÁRIO POLÍTICO PÁG. 3

ENTREVISTA

• GILBERTO CARVALHO E A REFORMA POLÍTICA PÁG. 11

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO JÁ!

POR UMA MÍDIA SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

ELETOBRAS

• ENGENHEIROS CRITICAM PROPOSTA DE PLR PÁG. 10

MÚTUA

• PAULO GRANJA É REELEITO

PÁG. 12



ELEIÇÕES PARA O CREA-RJ

Apuradas as urnas tivemos o seguinte resultado das eleições para a presidência do CREA-RJ: Reynaldo de Barros: 1907 votos (35,6 %); Luiz Cosenza: 1746 votos (32,6 %) e Arciley Pinheiro: 1118 votos (20,9 %). No total foram 5351 votos, sendo importante ressaltar que temos cerca de 100 mil engenheiros no Estado do Rio e que nas duas últimas eleições tivemos mais de 7000 votos, ou seja, houve uma redução do colégio eleitoral em torno de 30 %. Esses números são por demais eloquentes no sentido de uma significativa redução da participação dos profissionais nos destinos de seu Conselho. Tentativas de golpe como aconteceu este ano patrocinadas pelo próprio presidente do CONFEA, com a conivência dos CREA's regionais que o apoiaram, são atitudes que afastam ainda mais esses profissionais.

Vimos também ao longo da campanha a crescente influência do dinheiro e do marketing profissional como acontece nas eleições majoritárias ou proporcionais gerais no país, o que significa o consequente desvio de finalidade de uma instituição que é uma autarquia federal. A consequência é sua transformação em aparelho promotor de outras campanhas e interesses e daí a restrição de seu colégio eleitoral somente favorece esta via.

Ao SENGE-RJ, como ficou evidenciado pelos números, cabe a construção paciente no seio da categoria dos engenheiros, mas também junto a outros setores, de uma corrente de opinião em defesa de um CREA sem narcisismo presidencial, que privilegie o trabalho coletivo de todos os segmentos profissionais em prol da valorização da engenharia nacional. Os números também mostraram que o SENGE-RJ tem capacidade para isto.

Os desafios do governo Dilma

AGAMENON OLIVEIRA*

O período que vai do final do segundo turno da eleição presidencial até hoje tem sido pródigo em dificuldades tanto para o fim do primeiro mandato como para realizar a promessa feita durante a campanha de "governo novo" para o segundo mandato de Dilma. A crise na Petrobrás aprofundou-se e será um problema com desdobramentos imprevisíveis até o final do mandato.

Os primeiros passos de Dilma para montagem do novo ministério foram dados ao apresentar os ministros da área econômica com Joaquim Levy à frente. A presidente fez uma clara opção em agradar o mercado e o sistema financeiro internacional deixando esta área livre de questionamentos para poder se ocupar de outras frentes. Com esta opção para a área econômica o governo espera não ter maiores problemas, mas não devemos menosprezar problemas nesta área causados pelo efeito desagregador na economia que a crise na Petrobrás poderá desencadear. Não há opção diferente para a questão da Petrobrás senão a substituição de toda a diretoria da empresa e a apresentação de um plano estratégico para tirá-la da crise na qual foi lançada desde os governos anteriores e agora em fase aguda.

Outra área com desafios enormes para o governo é o setor elétrico. O regime adverso de chuvas no nordeste e sudeste tem agravado também uma série de problemas acumulados desde o governo FHC e mantidos por Lula e Dilma. O setor está desequilibrado com as usinas térmicas funcionando a plena carga, além do efeito deletério causado pela MP-579 ao setor como um todo, em especial o enfraquecimento da Eletrobrás e as distribuidoras à beira da falência. O rombo no setor é astronômico e alguns especialistas o estimam em mais de 60 bi-

lhões de reais. Esta conta começará a ser paga nos próximos dois anos em parte pelos consumidores, mas também por todos nós na forma de aumento de impostos com repercussões extremamente negativas para o governo.

Se os desafios são enormes em áreas localizadas, talvez o maior de todos eles seja no campo político. O modelo de "governo de coalizão", como é conhecido, está completamente esgotado e tem que ser abandonado pelo alto custo social e político que vem apresentando. No modelo atual não são feitas alianças políticas programáticas, mas composições para acomodação de interesses com o objetivo de

ocupar os espaços públicos cujos resultados mais deletérios estão aparecendo agora. Há muito foi montada no país, sendo anterior a este modelo, uma espécie de "empreiteirocracia" que mais se assemelha a uma cleptocracia disfarçada. O modelo de coalizão avali-

zou, atualizou e deu sustentação a este esquema a partir de cima. Somente uma reforma política com forte mobilização popular pode reverter este modelo e apontar novos caminhos.

O encaminhamento de uma reforma política contará com forte oposição do atual Congresso, saído das urnas mais fracionado e heterogêneo que o anterior. Sabemos que não haverá reforma séria com este Congresso, peça-chave do atual arranjo fisiológico que domina a política brasileira restando, portanto, aos movimentos sociais o papel de forças-motrices deste processo. Ao movimento sindical também cabe a tarefa de impulsionar este movimento que começa a ganhar corpo e a conquistar muitos adeptos em todo o país.

* Agamenon Oliveira é diretor do Senge/RJ

O encaminhamento de uma reforma política contará com forte oposição do atual Congresso, saído das urnas mais fracionado e heterogêneo que o anterior



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiário: Wesley Prado

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Eleições mobilizam criação de Frente de Esquerda

Diversos partidos e movimentos sociais têm se reunido para discutir formas de atuação diante do novo cenário político

A última eleição balbuciou algumas coisas. Uma delas foi a necessidade de união da esquerda frente ao avanço do conservadorismo – haja visto boa parte dos membros que assumiram o Congresso em janeiro. Um levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) aponta que será mais difícil implementar políticas voltadas para os direitos humanos com a nova composição, que terá aumento de militares, policiais, religiosos e ruralistas, enquanto haverá uma diminuição dos pleitos ligados aos movimentos sociais.

Outra revelação das eleições foi a reafirmação de um modo caracterís-

tico de fazer política: uma infinidade de legendas compondo dois blocos majoritários, PT e PSDB, que, por estarem mais preocupados com o jogo de status quo partidário, muitas vezes negligenciam demandas populares, como reforma agrária, tributária e política. Ainda que com modos de agir semelhantes entre os dois blocos, o PT tangencia em algum sentido as demandas populares. Essa diferença entre o PT e o PSDB fez com que parte da esquerda se unisse em torno da candidatura de Dilma no segundo turno, em nome do avanço de um projeto mais alinhado ao povo.

Sérgio Almeida, ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), aponta que essa união foi “pedagógica para os setores representativos dos interesses populares”. Desse diagnóstico, “os partidos políticos progressistas concluíram que o desenvolvimento nacional com justiça social obriga a realização de duas reformas básicas: a do sistema político, notadamente para proibir o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, em que os

eleitos passam a prestar fidelidade não ao eleitor e sim ao seu financiador, e a regulamentação econômica da mídia, que tem agido como um partido de oposição ao Governo Federal”.

Após as eleições, parte da esquerda tem repensado estratégias de atuação. No Rio de Janeiro, diversos braços mostraram-se dispostos a unir forças para conter o avanço desse modelo “sóciometabólico”, como aponta o filósofo húngaro, István Mészáros, ao se referir ao capitalismo. A ideia central da Frente de Esquerda é lidar com o novo cenário político que se apresenta, com forças conservadoras ganhando força e ameaçando o desenvolvimento social promovido no Brasil na última década. “Está claro para todos os participantes da frente que este não é um movimento de sustentação nem de combate ao governo federal e sim de afirmação e defesa de propostas que mantenham nosso País em trajetória de crescimento e de ampliação dos direitos das majorias”, explica Almeida.

Sérgio analisa que, desde a elei-

ção, a oposição tem feito de tudo para desestabilizar o governo – que para eles representaria a esquerda –, pondo em xeque a própria democracia. “No Congresso, enfrentaram a Presidenta rejeitando um projeto de lei que apenas formalizava uma prática de governar levando em conta pleitos e recomendações de conselhos consultivos representativos da sociedade. Ora, se o artigo primeiro da nossa Constituição diz que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, por que rejeitar mecanismos que o tornem efetivo?”.

Não faltam bandeiras pelas quais lutar no Brasil: reforma política, urbana e agrária, democratização da mídia, infraestrutura, equidade das minorias. Após duas reuniões, o movimento já reúne o SENGE-RJ, MST, Instituto João Goulart, OAB/Comissão Estadual da Verdade, Levante Popular da Juventude, Consulta Popular, entre outros. Essa união da esquerda pode representar um passo à frente na história política brasileira, a próxima e necessária etapa para projetos de sociedade que já não cabem só em livros.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DA CUT-RJ LANÇA MANIFESTO

“Reforma política e das comunicações já!”

As eleições para a presidência da República foram marcadas por mentiras, preconceitos e manipulações por parte da direita brasileira. Dois projetos estavam em disputa: de um lado, um projeto comprometido com o aprofundamento da democracia e as causas populares; do outro, se alinharam as forças do atraso tentando trazer de volta o neoliberalismo.

Parte da população viveu o vendaval neoliberal dos anos 90, mas um grande contingente da população, formado pelos jovens, não. Demissões, privatização, arrocho salarial, esvaziamento do mercado interno e destruição da política industrial brasileira foram algumas das consequências da adoção da

doutrina neoliberal. Hoje, com um mercado interno robusto, ampliamos de forma significativa a oferta de empregos e fortalecemos as políticas de distribuição de renda.

Na luta para promover uma volta ao passado, os conservadores não hesitaram em lançar mão da disseminação do ódio nas eleições. Os meios de comunicação abraçaram essa estratégia estampando notícias sobre corrupção e moralismo. Destacamos que a corrupção é sistêmica e estrutural e tem origem nos setores privados nacionais e internacionais. Mas a direita e seus porta-vozes no monopólio da mídia se apropriam de um falso discurso anticorrupção com o único objetivo de atingir seus adversários políticos.

É preciso ter coragem para enfrentar a raiz do problema e fortalecer mecanismos de controle social para erradicar a corrupção. Todas as tentativas do governo federal nesse sentido, como a Política Nacional de Participação Social, foram repudiadas pelos setores conservadores e pela mídia.

A campanha visando a desmoralização da Petrobras é um exemplo de manobra que o capital sempre executa. Ele mira, com toda certeza, a privatização da Petrobras. A história do Brasil é uma história de golpes. Precisamos estar atentos às movimentações dos golpistas que não se conformam com a derrota de 26 de outubro.

Nesse cenário, compreendemos que é dever dos movimentos social e

sindical fortalecer duas agendas estratégicas: a reforma política e a regulação dos meios de comunicação. A nossa tarefa histórica é assumir a dianteira dessa luta. Não podemos ficar reféns dos latifundiários, banqueiros e grandes empresários, cujos representantes são maioria no Congresso Nacional.

O campo da esquerda precisa, mais do que nunca, afirmar a unidade entre seus pares e formular um projeto próprio que enfrente o avanço da direita e tenha a capacidade de dialogar e disputar o conjunto da sociedade. A reforma política, com Constituinte exclusiva e plebiscito popular, é um passo fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária.



Comissão da Verdade divulga relatório final

Documento foi entregue em cerimônia no Palácio do Planalto à presidenta Dilma Rousseff

Fonte: **Comissão da Verdade**

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue no dia 10 de dezembro em cerimônia oficial no Palácio do Planalto à presidenta Dilma Rousseff. Dividido em três volumes, o relatório é o resultado de dois anos e sete meses de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei 12528/2011.

Instalada em maio de 2012, a CNV foi criada para apurar e esclarecer, indicando as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras) com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica

e promover a reconciliação nacional.

Para isso, a CNV adotou preceitos internacionais e delimitou que as graves violações de direitos humanos são as cometidas por agentes do Estado, a seu serviço ou com a conivência/aquiescência estatal, contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros.

São graves violações de direitos humanos: as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados. Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade.

Ao longo de sua existência, os membros da CNV colheram 1121 depoimentos, 132 deles de agentes

públicos, realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo o Brasil de norte a sul, visitando 20 unidades da federação (somadas audiências, diligências e depoimentos).

A CNV realizou centenas de diligências investigativas, entre elas dezenas de perícias e identificou um desaparecido: Epaminondas Gomes de Oliveira, um camponês que militava no Partido Comunista e morreu numa dependência do Exército em Brasília, cidade onde foi enterrado longe da família.

Para tornar mais acurados os relatos de graves violações de direitos humanos, a CNV percorreu, entre novembro de 2013 e outubro de 2014, acompanhada de peritos e

vítimas da repressão, sete unidades militares e locais utilizados pelas Forças Armadas no passado para a prática de torturas e outras graves violações de direitos humanos.

Esses sete locais visitados estão listados no primeiro de oito relatórios preliminares de pesquisa publicados pela CNV entre fevereiro e agosto de 2014.

A CNV visitou ainda a Casa Azul, um centro clandestino de tortura que o Exército manteve dentro de uma unidade do DNER (atualmente a área é do DNIT), em Marabá. Os relatórios e estas diligências, além de servirem como prestação de contas do trabalho da CNV em diversos temas, ajudaram, e muito, a divulgar o papel da comissão para toda a sociedade.

SENGE-RJ inaugura novo busto em homenagem ao engenheiro Rubens Paiva

A homenagem foi uma das atividades realizadas em comemoração ao dia do engenheiro

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) inaugurou, no dia 12 de dezembro de 2014, mais um busto em homenagem ao engenheiro Rubens Paiva, assassinado pelo regime militar em 1971. O novo busto está localizado na estação do metrô que leva o seu nome, na Pavuna.

Estiveram presentes no ato o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, o presidente da Federação Intersindical de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento, o diretor do SENGE-RJ, Marco Antonio Barbosa, o ex-ministro de Jango, Almino Afonso, e ex-deputado federal, Waldir Pires, o presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous, e Luiz Antônio Cosenza, candidato à presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-RJ).

O evento contou também com a presença dos familiares de Paiva: sua filha Vera, sua irmã Maria Lúcia Paiva Mesquita Barros e seu neto, João Francisco Paiva Avelino.

A cerimônia encerrou as comemorações promovidas pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), por ocasião do Dia do Engenheiro, 11 de dezembro.

Para Olímpio Alves dos Santos, homenagens como essa são extremamente importantes para que a ditadura militar não seja esquecida.

“Esse é um pequeno grande ato. Pequeno pelo número de pessoas envolvidas. Grande pelo significado. Estamos homenageando um homem solidário, socialista, profissional, que lutou para construir um país melhor para a maioria dos brasileiros”, disse.

Luiz Cosenza enfatizou a importância de se valorizar a memória política do país, reverenciando

aqueles que, a exemplo de Paiva, sempre lutaram pela democracia.

“Vir aqui é uma forma de aplaudir esse homem que morreu pelos seus ideais democráticos. O legado e o destino de Rubens Paiva precisam ser lembrados para que nunca mais esse país se esqueça dos horrores praticados pela Ditadura”, afirmou.

“É muito importante que as novas gerações entendam o que foi aquele período. A história do meu pai, uma pessoa pública, teve muita repercussão, mas há muitas ou-

tras histórias que precisam ser contadas”, disse Vera Paiva, bastante emocionada.

Sérgio Fernandes, ex-presidente da Associação de Moradores do conjunto habitacional Rubens Paiva, idealizado pelo engenheiro e que leva o seu nome, resgatou a história da mudança do nome do local, que se chamava Presidente Médici e falou da alegria de estar participando deste momento.

“Lutamos para trocar o nome do nosso conjunto e para conseguir

essa estação de metrô. Nosso objetivo era fortalecer a luta dele pela democracia. Ele foi um homem incrivelmente sábio, foi um grande lutador”, disse ele.

No dia anterior, uma exposição do acervo fotográfico sobre a trajetória pessoal e política do célebre engenheiro deu início às homenagens, na sede do SENGE-RJ. Em seguida, Almino Afonso autografou exemplares do livro “2014 – 1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart”.



Wadih Damous, presidente da Comissão da Verdade do Rio, Clovis Nascimento, presidente da FISENGE, Almino Afonso, ministro durante o governo de Jango, Waldir Pires, deputado federal durante o governo JK, Vera Paiva, filha de Rubens Paiva, Maria Lúcia, irmã de Rubens Paiva, João Francisco Paiva Avelino, neto de Rubens Paiva, Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros

Discussão sobre democratização da comunicação se renova após a

Papel dos meios durante o processo, especialmente da “Veja”, mostra a necessidade de regulamentação e reforma política para criar uma mídia plural

A mídia teve papel importante nas eleições 2014. É o que mostraram os estudos realizados pelo site Manchetômetro, criado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ. Ao fazer um levantamento das notícias positivas e negativas de cada candidato, a página observou que, das 275 capas para presidenciáveis nos três principais jornais brasileiros – Folha de São Paulo, "O Estado de São Paulo" e "O Globo" – Aécio Neves teve 38, sendo 19 favoráveis e 19 desfavoráveis. Já Dilma Rousseff foi capa 210 vezes: 15 foram favoráveis e 195 desfavoráveis. Ou seja, 93% de abordagens negativas.

No Jornal Nacional, a situação foi parecida. O telejornal da Rede Globo dedicou 1 hora e 22 minutos em 2014 para notícias consideradas desfavoráveis à petista e apenas 3 minutos para as consideradas favoráveis. Enquanto isso, o candidato do PSDB teve 7,42 minutos de notícias positivas e 5,35 de noticiário negativo.

Na época, representantes da mídia afirmaram que os números do estudo não seriam suficientes para apontar que a presidenta estava sendo injustiçada. Os grandes meios afirmavam que, por Dilma ocupar o cargo de presidenta, é natural que estivesse mais presente na imprensa que os concorrentes.

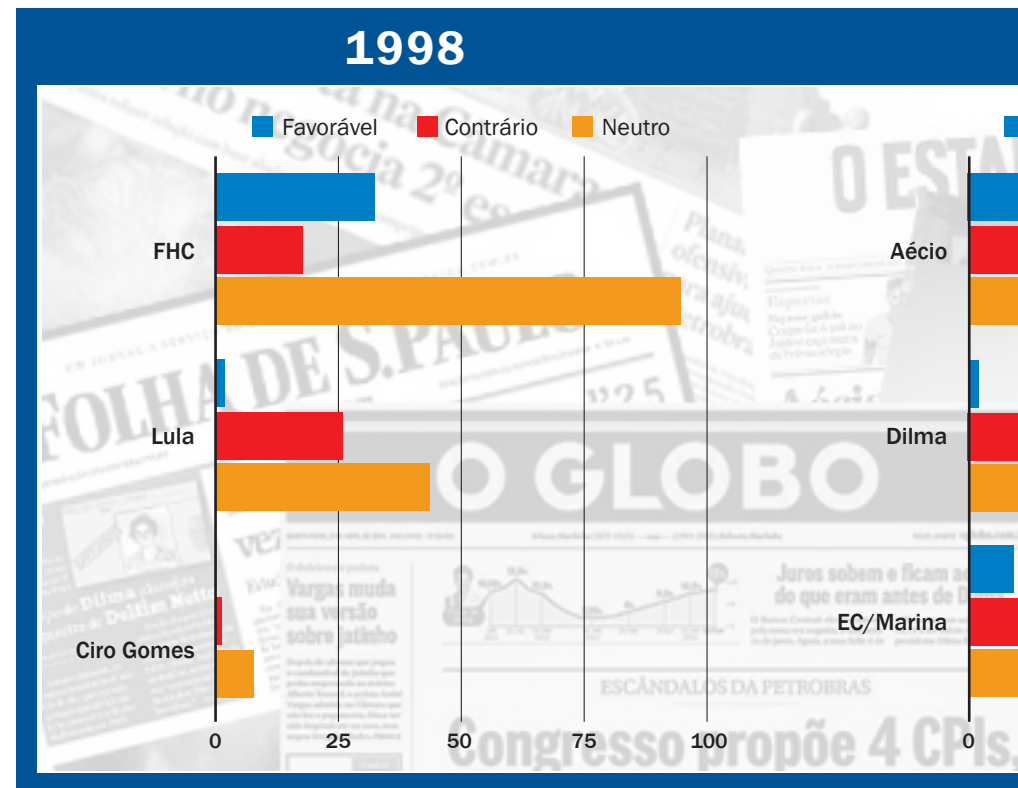
No entanto, ao analisar os dados de 1998, o Manchetômetro constatou que a situação era inversa. O presidente candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), recebeu,

nos três principais jornais do Brasil 18 capas contrárias, 95 neutras e 33 favoráveis. Já o candidato da oposição, Lula, recebeu 26 capas contrárias, 44 neutras e apenas 8 favoráveis.

Os dados apresentam uma cobertura tendenciosa. “A situação era gritante”, critica Camila Marins, diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. “Você passava na banca de jornal e todas as capas eram praticamente iguais, com uma única tendência. Ficou claro que a mídia exercia não seu papel social, mas seu papel como partido político. Uma situação como essa é muito perigosa. A mídia que levou ao Golpe de 64, que depôs Getúlio Vargas elegeu o Collor... Ela é capaz de mudar a situação para favorecer os seus interesses”, completa Camila.

“A mídia está nas mãos dos mais poderosos e, portanto, responde aos seus interesses”, afirma o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos. “A questão da democratização da comunicação deve ser debatida lado a lado com a reforma política. Isso porque os interesses políticos e financeiros estão interligados.”

De acordo com a cartilha sobre Democratização da Comunicação do Coletivo Intervozes, desde os anos 50, esse tipo de prática se consolida no país. Mas a situação piorou durante o Governo Sarney (1985-1990), quando o então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, concedeu 82 concessões de TV, sendo 43 delas distribuídas no ano da votação da emenda consti-



tucional. O próprio ministro ACM e o presidente Sarney apresentaram a si mesmos com sete e três concessões de geradoras de televisão, respectivamente. No total, Sarney e ACM, em três anos e meio, distribuíram 1.028 outorgas, sendo 25% delas em setembro de 1988, mês que antecedeu a promulgação da Constituição.

Segundo o artigo 180 do regimento interno da Câmara Federal dos Deputados, o deputado deve se declarar impedido de votar em determinada pauta, caso se configure legislação em causa própria. No entanto, ainda segundo o Intervozes, dos 80 membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), pelo menos 16 têm envolvimento direto com emissoras de rádio ou TV. Seis deles são do DEM (ex-PFL), como o segundo vice-presidente da Comissão, presidente da Frente Parlamentar pela Radiodifusão, Paulo Bornhausen (DEM-SC), parente de sócios de uma rádio em Santa Catarina. A região Nordeste possui sete

deputados na CCTCI ligados a empresas de radiodifusão.

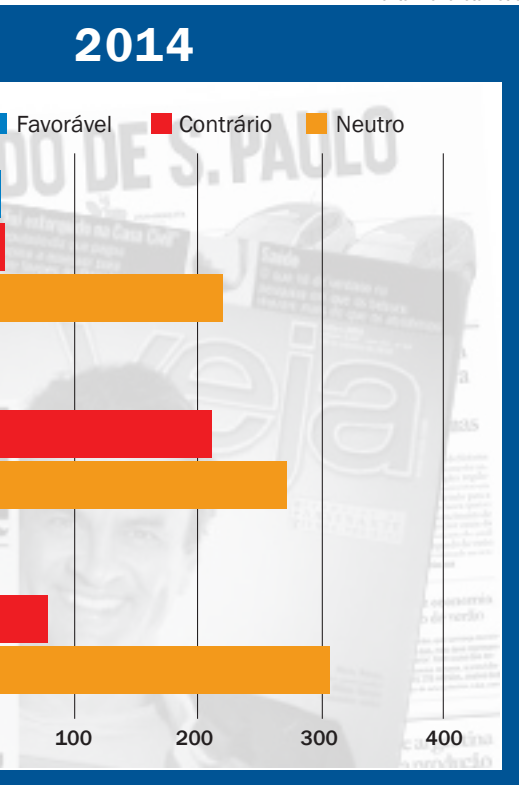
REGULAR É O CAMINHO

“No mundo inteiro há regulamentação para evitar concentração e manipulação. No Brasil, porém, sempre que se tenta um projeto para debater a questão, os grupos de comunicação dizem que é censura e tentam demonizar o assunto. Isso é só uma tentativa de interditar um tema vital para o país: democratização da mídia. Os grupos de comunicação confundem liberdade de imprensa com liberdade de empresa”, afirmou Franklin Martins, ex-ministro da Comunicação de Lula e criador do projeto de Regulamentação dos Meios de Comunicação, na época.

O artigo 220 da Constituição de 1988 prevê que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. No entanto, o que se vê é o grupo Rede Globo com 223 veículos próprios ou afiliados – mais que SBT e Record juntos. A Globo detém ainda 33,4% do

ão da s eleições

Fonte: Manchetometro



total de veículos ligados às redes privadas nacionais de TV e controla o maior número de veículos em todas as modalidades de mídia: 61,5% de TVs UHF; 40,7% dos jornais; 31,8% de TVs VHF; 30,1% das emissoras de rádio AM e 28% das FM. Os números são do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O projeto, no entanto, está parado. A presidenta reeleita, Dilma Rousseff, já afirmou que o assunto será prioridade, mas será preciso superar a força dos meios, resultado do monopólio que se vê no Brasil hoje. Em todo o país, apenas sete famílias controlam todos os grandes meios de comunicação.

Enquanto isso, entidades da sociedade civil e do movimento social se organizaram para encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações para regulamentar

o que diz a Constituição. O objetivo é alcançar 1 milhão e trezentas mil assinaturas para que o projeto chegue ao Congresso Nacional.

A autorregulação é um dos problemas que mais preocupam aqueles que defendem um novo projeto de regulamentação da mídia. Em artigo na Carta Maior, publicado em 2013, o jornalista Paulo Nogueira cita o exemplo do escândalo da News of the World, de Rupert Murdoch, que invadia criminosamente caixas de mensagem de centenas de pessoas, a maior parte delas celebridades e políticos, para vender mais — e, portanto, ganhar dinheiro com isso. Quando se soube das dimensões do escândalo, o governo britânico, sob pressão da opinião pública, montou um comitê independente para rediscutir a mídia — o que é aceitável e o que não é.

Na Argentina, uma tentativa de quebrar o monopólio causou polêmica: a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, “Ley de Medios”, criada pela presidente Cristina Kirchner em 2009. Seu objetivo era democratizar a comunicação no país, obrigando os grupos midiáticos a cederem seus espaços para que outros atores pudes-

sem ter voz, como movimentos sociais e sindicatos.

A medida criou uma verdadeira guerra. O maior grupo de mídia da Argentina, o Clarín,

atacou a Lei classificando-a como “autoritária” e como “ataque à liberdade de imprensa”. No entanto, é preciso frisar que a lei foi elaborada a partir das demandas históricas de movimentos sociais argentinos e redigidos com base nas regras internacionais de direito à comunicação, fixadas pelas Organizações das Nações Unidas, pela Organização Internacional do Trabalho e por leis antimonopólicas existentes em diversos países.

O debate, no entanto, ainda não foi encerrado. O Grupo Clarín tem entrado com diversas medidas judiciais contra a lei, para evitar se adequar às medidas.

“A capa da Veja foi emblemática”, afirma diretora do Sindicato dos Jornalistas

Para a diretora do Sindicato dos Jornalistas do Rio Camila Marins, a matéria de capa da revista “Veja” número 2.397, intitulada “Eles sabiam de tudo”, foi o retrato emblemático dessas eleições. Última edição a ser publicada antes do segundo turno, ela foi lançada excepcionalmente na sexta-feira pela manhã, ao invés de sábado, e trazia a suposta declaração do doleiro Alberto Youssef, que teria afirmado à Polícia Federal e ao Ministério Público que Lula e Dilma Rousseff “tinham conhecimento das tenebrosas transações” da Petrobras.

Menos de 24 horas depois, o depoimento foi desmentido pelo próprio advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, que afirmou estar surpreso e não conhecer esse depoimento.

“Um dos princípios do jornalismo é a apuração. Se você publica algo que não é confirmado, já está sendo tendencioso”, critica Camila. A jornalista, que estava em São Paulo na semana do segundo turno, afirmou ter visto a revista sendo distribuída gratuitamente pelas ruas da cidade. “Claramente, ela foi usada como manobra para defender a candidatura de Aécio Neves”.

O Observatório da Imprensa — histórico grupo brasileiro fundado em 1996 pelo jornalista Alberto Dines que analisa a mídia — publicou, no dia 24 de outubro, um artigo intitulado “Apêndice de campanha”. Nele, o jornalista Mauro Malin afirma que ficou evidente que a Veja se transformou em material de campanha pelo fato de a distribuição ter sido antecipada de sábado para sexta, “pressupondo-se que: 1) a capa com denúncias contra Lula e Dilma poderá influir de

alguma maneira no debate da Rede Globo, que começa dentro de algumas horas, às 22h30; 2) mais um dia de circulação do material bombástico poderá convencer eleitores indecisos a votar em Aécio Neves”. Aécio que, na mesma matéria, é chamado de “o gestor mais apto de sua geração”.

Além disso, Malin frisa que “a reportagem sobre as revelações de Youssef menciona exclusivamente o envolvimento de petistas e aliados. Embora os jornais tenham publicado uma denúncia contra o falecido Sérgio Guerra, então presidente nacional do PSDB, isso ficou de fora da reportagem”.

A situação não é nova. O mesmo Observatório da Imprensa publicou em 2013 um artigo sobre a matéria “Vozes de um mundo distante — as propostas e projetos bizarros que dominam a pauta do Congresso e afastam ainda mais o planeta Brasília do Brasil” (Veja nº2329, páginas 60-61), assinada por Robson Bonin.

No artigo, Dioclécio Luz constatou que a reportagem possui adjetivos, metáforas, linguagem “populesca” e outras expressões como “dimensão quântica” e “bafo quente das ruas”, “mandarins do Planalto”, “nefelibatas” (quem vive no mundo da lua) e de “suas excelências”; os impostos brasileiros são “escandinavos”, o serviço público é de “padrão subsaariano”; há uma “combinação esdrúxula e autoritária”.

Todas essas expressões, aliadas ao deboche e à ironia que, segundo Luz, são colocadas banalizadas e fora de contexto, transformam a reportagem da “Veja” em um texto que, caso fosse apresentado a um professor em qualquer faculdade de jornalismo, seria duramente criticado.

ENGENHARIA NACIONAL PELO FIM DA CORRUPÇÃO E PELO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A corrupção é um problema estrutural da sociedade brasileira, originário do setor privado mundial. Um estudo divulgado pela organização Transparência Internacional, no dia 3/12, aponta que o Brasil melhorou sua posição no ranking na percepção de corrupção no mundo, que analisa 175 países e territórios. No entanto, o país piorou sua nota, dividindo a 69ª posição com mais seis: Bulgária, Grécia, Itália, Romênia, Senegal e Suazilândia.

As obras públicas são os principais alvos da corrupção desde a malversação de verbas até cartéis e abuso de poder. Uma questão que precisa ser pautada é a valorização do papel da engenharia nas grandes obras. Há uma questão central grave que é a falta de projeto técnico executivo detalhado de obras ou serviço em processo de contratação, o que pode provocar aumento dos custos ou até mesmo interrupção das obras. Isso sem contar a desvalorização dos engenheiros e das engenheiras, que estão mais presentes em órgãos de controle, em vez de projetos executivos.

A corrupção é um prejuízo social alicerçada pelo capitalismo. Nos últimos anos, o fortalecimento da autonomia da Polícia Federal tem demonstrado resultados positivos. Mesmo assim, ainda há gargalos. Temos acompanhado o caso da Petrobras com preocupação. Isso porque os veículos de comunicação se apropriaram da pauta para conduzir uma campanha de desmoralização da empresa, que é patrimônio do povo brasileiro. A Petrobras também é construída por engenheiros e engenheiras, que acreditam na soberania nacional e no papel do Estado para o desenvolvimento social sustentável.

É preciso coragem para enfrentar as verdadeiras raízes da corrupção, e uma delas é a falta de políticas de controle social e participação popular. O governo federal tem dado demonstrações nesse sentido com o anúncio da Política Nacional de Participação Social, acesso a dados no Portal Transparência e a necessidade de uma reforma política.

O atual sistema político brasileiro tem profundas distorções, que refletem na organização da sociedade brasileira. É urgente uma reforma política com regulação dos meios de comunicação. O financiamento privado de campanha precisa ser enfrentado e combatido, pois é a partir da campanha eleitoral que as empresas fazem "investimentos" para que seus projetos sejam tocados no Congresso. Ao contrário do que os setores conservadores e retrógrados afirmam, a reforma do sistema político tem a tarefa de aprofundar a recente democracia brasileira.

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros



Nota unificada das Centrais Sindicais

Entidades se manifestam contrárias às duas Medidas Provisórias aprovadas no final de 2014

Reunidas na sede nacional da CUT em São Paulo, as centrais sindicais brasileiras – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB – vêm à público manifestar sua posição contrária às duas Medidas Provisórias do Governo Federal (MP 664 e MP 665) editadas na virada do ano, sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras que, em nome de “corrigir distorções e fraudes”, atacam e reduzem direitos referentes ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para o âmbito das empresas privadas.

As medidas incluídas nas duas MPs mencionadas prejudicam os trabalhadores ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego com a exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses anteriores à dispensa, num país em que a rotatividade da mão de obra é intensa, bloqueando em particular o acesso de trabalhadores jovens a este benefício social. As novas exigências para a pensão por morte penalizam igualmente os trabalhadores: enquanto não se mexe nas pensões de alguns “privilegiados”, restringem o valor do benefício em até 50% para trabalhadores de baixa renda.

As Centrais Sindicais condenam não só o método utilizado pelo Go-

verno Federal, que antes havia se comprometido a dialogar previamente eventuais medidas que afetassem a classe trabalhadora, de anunciar de forma unilateral as MPs 664 e 665, bem como o conteúdo dessas medidas, que vão na contramão do compromisso com a manutenção dos direitos trabalhistas.

De forma unânime as Centrais Sindicais reivindicam a revogação/ retirada dessas MPs, de modo a que se abra uma verdadeira discussão sobre a correção de distorções e eventuais fraudes, discussão para a qual as Centrais sempre estiveram abertas, reafirmando sua defesa intransigente dos direitos trabalhistas, os quais não aceitamos que sejam reduzidos ou tenham seu acesso dificultado.

As medidas, além de atingirem os trabalhadores e trabalhadoras, vão na direção contrária da estruturação do sistema de seguridade social, com redução de direitos e sem combate efetivo às irregularidades que teriam sido a motivação do governo para adotá-las. Desta maneira, as Centrais Sindicais entendem que as alterações propostas pelas MPs terão efeito negativo na política de redução das desigualdades sociais, bandeira histórica da classe trabalhadora.

As Centrais Sindicais farão uma reunião com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República no dia 19 de janeiro, em São Pau-

lo, na qual solicitarão formalmente a retirada das referidas medidas pelo Poder Executivo e apresentarão suas propostas.

As Centrais Sindicais também expressam sua total solidariedade à luta contra as demissões de trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen e Mercedes Benz ocorridas também na virada do ano e consideram que a sua reversão é uma questão de honra para o conjunto do movimento sindical brasileiro. As Centrais Sindicais consideram inaceitável que as montadoras, empresas multinacionais que receberam enormes benefícios fiscais do governo e remeteram bilhões de lucros às suas matrizes no exterior, ao primeiro sinal de dificuldade, demitam em massa.

As Centrais Sindicais também exigem uma solução imediata para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das empreiteiras contratadas pela Petrobrás; defendem o combate à corrupção e que os desvios dos recursos da empresa sejam apurados e os criminosos julgados e punidos exemplarmente. No entanto, não podemos aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha, nem sua política industrial fundamentada no conteúdo nacional, e, muito menos, para inviabilizar a exploração do Pré-Sal.

As Centrais também não aceitam que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam prejudicados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo.

Por fim, as Centrais Sindicais convocam toda sua militância para mobilizarem suas bases e irem para ruas de todo país no próximo dia 28 de Janeiro para o Dia Nacional de Lutas por emprego e direitos. Conclamam, da mesma forma, todas as suas entidades orgânicas e filiadas, de todas as categorias e ramos que compõem as seis centrais, a participarem ativamente da 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, prevista para 26 de Fevereiro, em São Paulo, para darmos visibilidades às nossas principais reivindicações e propostas.

São Paulo, 13 de Janeiro de 2014.

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Força Sindical

UGT – União Geral dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Nova Central Sindical de

Trabalhadores

CSB – Central dos Sindicatos

Brasileiros

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Trabalhadores criticam proposta de PLR apresentada pela ELETROBRAS

Valores pagos aos funcionários estariam sujeitos a indicadores econômico-financeiros e socioambientais

"Tenho a impressão de estar sendo lesado. Como podem critérios como a especulação na bolsa de valores e a quantidade de chuvas do ano influenciarem no valor que os trabalhadores vão receber?" Assim reagiu o engenheiro elétrico de Furnas, José Ricardo Brandão, ao saber dos novos parâmetros que a Eletrobras apresentou para a negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2014/2015.

O programa prevê o pagamento de uma remuneração variável anual, a partir dos lucros e/ou resultados das empresas. O valor e a forma de pagamento são definidos em uma negociação entre os representantes dos trabalhadores e as empresas, em acordo específico, fora da data-base. O que pouco ainda se discute é o que pode representar para a classe trabalhadora o recebimento dessa "remuneração variável".

A proposta apresentada pela Eletrobras para o novo modelo de PLR 2014 inclui os resultados do Contrato de Metas e Desempenho (CMDE) que é composto de três grupos de indicadores: econômico-financeiros, operacionais e socioambientais.

A luta dos trabalhadores é por uma PLR com base nos resultados operacionais das empresas, que são indicadores que têm mais relação com os trabalhadores, além de serem desvinculados dos lucros e dividendos.

"São pontos que nada tem a ver com nossa atividade fim, que é a produção de energia elétrica. Querem inserir coisas que não estão sob nossa influência. Acho que deve ser tabelado unicamente a partir de fatores operacionais e produtivos," avalia José.

BENEFÍCIO PARA QUEM?

Segundo nota técnica do DIEESE (2012), existem diversos condicionan-



Reunião entre o Sindicato e os engenheiros de FURNAS

tes que as empresas podem lançar mão para definir os critérios da PLR, como a aprovação pela assembleia de acionistas; obtenção de lucro ou Ebitda mínimo (avaliação de desempenho) e o resultado individual do empregado.

Jardel Leal, economista do DIEESE, acredita que as metas e critérios estabelecidos pelas empresas visam criar um elo entre os trabalhadores e a empresa. "Tentam envolver os trabalhadores nos lucros obtidos, pois, para receberem maiores salários, precisam dar cada vez mais de si." Ele analisa ainda que há uma lógica perversa nessa nova relação de trabalho, na qual o trabalhador fragiliza-se ao priorizar os ganhos a título de PLR e esquecer da luta por ganho salarial. "A empresa se beneficia bastante. A meta, na verdade, é fazer com que se produza uma maior quantidade de bens, no mesmo intervalo de tempo, por um mesmo número de trabalhadores. Isso não é colocado na mesa de negociação, por que se fosse, não haveria acordo."

A nota técnica do DIEESE aponta que, ao pagar a PLR, a empresa isenta-se das obrigações trabalhistas e previdenciárias. "Esta situação faz com que o custo para as empresas do pagamento através da PLR seja proporcionalmente menor do que o pagamento de outro tipo de remuneração fixa como, por exemplo, um reajuste no salário base," diz a nota. A remuneração variável é, portanto, sazonal, uma vez que

pode depender dos lucros e/ou resultados da empresa, além do acordo feito com os trabalhadores.

OLHAR CRÍTICO

Jardel acredita que, mesmo quando paga, a PLR deve ser vista com cuidado, uma vez que pode ser danosa à classe trabalhadora. "Quando se distribui os lucros e/ou resultados, a parte destinada aos trabalhadores vai isenta de impostos. Os encargos como FGTS, PIS, COFINS e INSS não são pagos pela empresa nem descontados em folha, quantias que depois seriam revertidas ao trabalhador após sua aposentadoria".

O diretor do SENGE-RJ, Gunter Angelkorke, também tece críticas à maneira com que as empresas querem implementar a PLR. "A Eletrobras, por exemplo, demitiu 5 mil trabalhadores nos últimos dois anos, os quais não foram substituídos. Vemos também a especulação ganhando força com as negociações de energia no Mercado Livre e o governo retirando dinheiro do Tesouro Nacional para cobrir prejuízos. O cenário é de precarização da força de trabalho e do setor elétrico." Segundo divulgado pela própria empresa, a Eletrobras não pagou a PLR nos anos de 2011 e 2012, pois os dividendos não foram suficientes.

Ainda num âmbito político, Jardel alerta que "a PLR está criando uma competição danosa à classe trabalhadora, que

pouco a pouco está perdendo sua visão de coletividade; está criando disputas internas entre os que ganham PLR e os que não ganham, assim como entre os terceirizados, que geralmente não recebem, e os funcionários efetivos das empresas."

IMPLEMENTAÇÃO DA PLR NO BRASIL

O programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) está presente na legislação brasileira desde a Constituição de 1946, que previa apenas a participação nos lucros. Foi somente em 1988, com a Constituição da "Nova República", que se ampliou também a participação nos resultados. Em 1994 foi criada uma medida provisória que regulamentou a PLR. Em 2001, com a lei 10.101, a PLR ganhou uma base jurídica mais consolidada e serviu de parâmetro para as negociações coletivas entre patrões e empregados. Apesar disso, as empresas não são obrigadas a pagar essa remuneração variável. "A lei apenas abre a possibilidade das empresas pagarem, não garante nada," explica o diretor do SENGE-RJ, Gunter Angelkorke.

As empresas Estatais possuem uma resolução específica criada pelo Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (DEST). Trata-se da resolução nº 10 de 1995 que prevê que o pagamento da PLR não poderá ser superior a 25% dos dividendos pagos aos acionistas. Além disso, cabe ao DEST aprovar ou não, no todo ou em parte, a proposta acordada entre os trabalhadores e as empresas.

Antes de o projeto ser levado ao DEST, os representantes das empresas estatais organizam-se em comissões para discutir os parâmetros da implementação da PLR. No caso das empresas do sistema Eletrobras, é o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) que está representando os trabalhadores nacionalmente. Ele é composto por diversos representantes das empresas do setor, entre eles a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros (FISENGE) e o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ).

GILBERTO CARVALHO AVALIA OS CENÁRIOS PARA UMA REFORMA POLÍTICA

Camila Marins

Mais do que mudanças, a população brasileira busca o aprofundamento da democracia. O segundo turno foi emblemático para a demarcação de dois projetos políticos para o país. De um lado o retrocesso bravamente derrotado. De outro, um projeto comprometido com mudanças. Após 12 anos de governo, houve muitos avanços, principalmente em relação à diminuição da desigualdade social e à ampliação de políticas de distribuição de renda. No entanto, é preciso mais. Dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontam que a composição eleita para o Congresso Nacional é a mais conservadora desde os tempos da redemocratização. Se em 1984 o povo brasileiro clamava por "Diretas Já!", passamos da hora de afirmar, sem medo: "Constituinte Já". Confira a entrevista com o ex-ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

Dentre os pactos nacionais apresentados pela presidenta Dilma está a reforma política. Qual a importância desta reforma para o país?

– A presidenta Dilma tem dito que a reforma política é a “reforma das reformas” e ela tem toda a razão. Ela é a chave para podermos seguir avançando e aprofundar as transformações sociais dos últimos 12 anos, com a aprovação de outras reformas, como a tributária, por exemplo. Há uma crise de representação no nosso sistema político, no qual a sociedade, em especial a juventude, não se vê representada no parlamento. As manifestações de junho de 2013 deram esse recado de forma bem clara. Isso leva a uma descrença nas instituições e na política como forma de transformação da realidade. E também faz com que as vozes de amplos setores não sejam ouvidas no Congresso. Nas últimas eleições, a bancada sindical foi

diminuída quase pela metade, segundo levantamento do Diap. Em contrapartida, as bancadas empresarial e ruralista cresceram e ganharam força. Essa realidade é particularmente perversa quando vemos a sub-representação de mulheres, negros, indígenas e outras minorias no parlamento.

De onde vêm essas distorções?

– Isso se deve às distorções do nosso sistema político e eleitoral, em especial o financiamento empresarial de campanha. Os candidatos, parlamentares e o próprio Executivo passam a ter uma dependência do capital financeiro, da indústria, da elite, através desse perverso financiamento empresarial de campanha. O poder econômico passa a colonizar o poder político, a democracia. Sabemos que o empresário não doa. O empresário faz um investimento quando ele entrega o dinheiro para uma campanha eleitoral, porque ele quer o retorno, por isso temos que nos libertar desse sistema. Isso é essencial, pois deturpa a representação do povo no Congresso e é o germe da corrupção. Inclusive, já se formou uma maioria no Supremo Tribunal Federal em torno deste entendimento. Também precisamos, por meio da reforma política, aprofundar os mecanismos de participação direta da sociedade nas decisões de governo.

Por que a imprensa e setores conservadores fazem críticas tão intensas?

– Não temos como negar que o sistema como ele existe hoje privilegia determinados grupos sociais, políticos e econômicos, que não querem perder ou sequer ver diminuída a influência e o controle que detêm sobre o processo eleitoral e a democracia brasileira. Por isso as reações contrárias e por isso a reforma política, especialmente o fim

do financiamento empresarial, não avançou nos últimos anos.

Teremos um dos congressos mais conservadores desde a redemocratização. Como avançar na reforma política?

– A chave para avançarmos é construirmos um intenso processo de participação e mobilização do povo brasileiro. A presidenta Dilma tem dito isso: “não haverá reforma política sem participação popular”. Vários setores vêm construindo uma saída para esse impasse, como a forte unidade construída em torno do plebiscito realizado em setembro, que conseguiu alcançar mais de sete milhões de brasileiros pregando a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para a reforma política. Outras entidades, como OAB e CNBB, estão firmes na coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que vai na mesma linha: reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanha.

É possível a realização de uma Constituinte Exclusiva? Alguns setores acreditam que a possibilidade de uma constituinte pode abrir brechas para a retirada de direitos. Qual a sua avaliação?

– É possível. Claro que há riscos, mas creio que uma Assembleia Constituinte exclusiva e limitada em seus poderes (não poderia mexer em outras regras da Constituição, como direitos sociais e trabalhistas, por exemplo, para não haver retrocessos) é viável do ponto de vista político e jurídico. E realizar a reforma política através de representantes eleitos exclusivamente para isso tem uma vantagem, que é a de que estes representantes não serão afetados nem terão seus interesses e mandatos em jogo com as mudanças das regras eleitorais. Isso propiciaria um ambiente de debate qualificado sobre o tema.

Mas tudo isso deve ser debatido com a sociedade e penso que agora devemos juntar nossos esforços, nos unificarmos em torno do recolhimento de milhões de assinaturas para a apresentação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabelece a Reforma Política Democrática. Outra iniciativa unitária importante é demandar ao Supremo Tribunal Federal que conclua o julgamento sobre a inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha. O placar já está 6 a 1 pela inconstitucionalidade desta prática.

Qual a importância da participação popular?

– A participação popular é central neste processo. Não conseguiremos avançar nas reformas que o país precisa, inclusive na reforma política, sem a mobilização e o engajamento da sociedade brasileira. A presidenta tem dito que é necessário algo como o ocorrido no período das “Diretas, Já!”, e se pegarmos a história brasileira, inclusive a história mais recente, veremos que as importantes transformações e avanços na democracia foram conquistados por meio da organização e mobilização do povo brasileiro. Não seria diferente com a reforma política.

O governo pretende lançar alguma campanha didática para a sociedade sobre o tema?

– A presidenta Dilma tem enormes desafios neste momento, dentre eles estão a montagem da equipe de governo e a retomada do diálogo com o Congresso e com a sociedade no período pós-eleitoral. Nesse processo, teremos de construir as estratégias do governo para avançarmos na reforma política, e o envolvimento da sociedade será essencial. Essa ideia de promover uma campanha é interessante e temos que considerar.

Wilson Dias/ABR



Paulo Granja é reeleito para a direção geral da Mútua



Paulo Granja, diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

A reeleição de Paulo Granja para Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-RJ - representa a vitória da ética e da competência frente ao processo eleitoral mais conturbado da his-

tória do sistema Confea/Crea.

Responsável pela reestruturação da Mútua-RJ, Granja integrava a campanha de Luiz Antônio Cosenza, que disputou a presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

(Crea-RJ), e de Henrique Ludovice, candidato a presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) mais votado no estado do Rio.

Marcada pelos flagrantes desmandos dos atuais dirigentes da

autarquia pública federal e seus representantes regionais, a campanha para este pleito sobreviveu a diversas batalhas judiciais pela restituição de candidaturas injustamente impugnadas.

ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DO CREA-RJ E DO CONFEA

Reynaldo Barros foi eleito presidente do CREA-RJ para o período 2015-2017. A apuração dos votos do pleito aconteceu no dia 17 de dezembro, na sede no Conselho. Reynaldo obteve 35,6% dos votos e o segundo colocado, Luiz Cosenza, 32,6%. Arciley Alves Pinheiro teve 20,9% do total de votos.

O engenheiro José Tadeu Silva foi reeleito para a presidência do CONFEA.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DO CONFEA

Total de eleitores votantes	65.817	
Total de votos válidos	61.290	
Total de votos nulos	2.089	
Total de votos em branco	2.438	
Total de votos por candidato	Henrique Leite Ludovice	9.676
	José Eduardo de Paula Alonso	21.402
	José Tadeu da Silva	30.212

Fonte: CONFEA



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br